

Os alquimistas da nova sociedade: uma reflexão sobre o comunismo soviético

Luís Antonio Groppo

A queda do Muro de Berlim, no ano de 1989, revelou de modo espetacular o que até então era imprevisível: o colapso do mundo comunista. Logo, a própria União das Repúblicas Socialistas Soviéticas seria extinta. Caía, de um momento ao outro, a rígida bipolarização ideológica firmada a ferro e fogo pela Guerra Fria: comunismo *versus* capitalismo. Com o fim da União Soviética, muitos dos críticos do capitalismo que viviam no mundo capitalista sentiram-se órfãos. Caía o lastro geopolítico que sustentava a legitimidade da principal doutrina anti-capitalista.

Hoje, contudo, o fim da Guerra Fria poderia permitir uma reavaliação mais isenta do que efetivamente foi a experiência das sociedades ditas “comunistas” no século XX. Mas, entre os pensadores e militantes políticos que não se acomodam diante da realidade capitalista, parece-me que pouco conseguiu-se sair ainda do círculo que vai do paroxismo à sensação de vazio. Parece-me ainda pouco desenvolvida a reflexão, entre o pensamento crítico pós-1989, do que efetivamente foi o comunismo soviético, sistema social implantado na ex-União Soviética e no Leste Europeu, inspirador do regime cubano e dos comunismos asiáticos.

Inclusive, as reações diante da obra *O livro negro do comunismo* pareceram reviver o clima da Guerra Fria ideológica, numa reedição da antinomia do “bem contra o mal”.¹ Parte da culpa destas reações reside na própria postura “anti-comunista” extremada assumida às vezes pelo *Livro Negro* (o próprio título é um criador de polêmicas). Apesar disto, esta obra, principal fonte deste artigo, traz inúmeros dados que demonstram que a experiência do comunismo no século XX foi, para as

¹ Stéphane Courtois et. al. O livro negro do comunismo. Crimes, terror e repressão, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, pp. 861-896.

sociedades que o adotaram, em grande medida abominável. Os projetos e as promessas de redenção humana, contidos nas ideologias de esquerda derivadas de Karl Marx, afundaram em práticas políticas de grande desumanidade nos países que adotaram o comunismo soviético.

Este artigo tenta ser uma pequena colaboração para os que pesquisam, reavaliam ou simplesmente refletem sobre a malograda experiência do comunismo soviético no século XX. Ao meu ver, esta derrota deveria ser apenas a derrota de um desvario da pretensão alquimista do homem político, não de toda iniciativa de repensar formas sociais alternativas ao igualmente desumano capitalismo. Para tanto, é hora de abandonar de vez a postura de que a rejeição ao socialismo soviético significa a concordância com o capitalismo, ou de que é necessário defender as experiências do “socialismo real” para se criticar o capitalismo real. É preciso ir em busca de novas estratégias da defesa do alternativo e da crítica do real insatisfatório.

Este artigo visa colaborar neste processo de superação do modelo anti-capitalista fundado no comunismo soviético, fazendo a crítica de suas propostas de prática política, de superação do capitalismo e de transformação “alquímica” da vida social.

O partido

Em primeiro lugar, devemos refletir o modelo de partido e militante comunista definido por Lenin, que se tornaram o padrão de prática política “anti-sistema” no século XX. Cabe reavaliar a proposta dos bolcheviques e analisar historicamente as conseqüências deste modelo para a ação política de oposição ao capitalismo. Também, refletir a própria mutação do partido comunista na União Soviética, em que a burocratização e a disciplinarização exigidas degradaram-se no culto ao líder supremo, na paranóia e no terror político.

O partido bolchevique, depois nomeado Partido Comunista da União Soviética (PCUS), trouxe, através de Lenin, uma proposta de organização marxista diversa das organizações que até então tinham

sido formadas. Menos que um movimento internacional de sindicatos operários (intenções da “Primeira Internacional”), diferente de um partido político com atuação parlamentar (práticas da “Segunda Internacional”, de tendência social-democrata), os bolcheviques constituíram-se como uma “vanguarda” de agitação política e social e, ao final, de organização de uma insurreição que tomaria o poder na Rússia em 1917.

No início do século XX, antes da Revolução Russa, não predominavam mais no movimento socialista a idéia de uma Revolução violenta para a tomada do poder e a defesa da “ditadura do proletariado”. É claro, era uma esquerda bastante heterogênea, diversa da que se consolidaria depois da Revolução Russa e da criação da Terceira Internacional. Apesar disto, a posição hegemônica entre os esquerdistas era avessa à violência revolucionária e à ditadura do proletariado. No final do século XIX, o rápido desenvolvimento da democracia na Europa e Estados Unidos levava muitos socialistas a participarem do jogo das eleições e da vida parlamentar, tornando-se até mesmo elementos de peso na política institucional, em destaque os socialistas alemães, os social-democratas escandinavos e o movimento trabalhista inglês. Um dos principais teóricos marxistas no fim do século XIX foi Édouard Bernstein, que preconizava a passagem progressiva e pacífica ao socialismo através da aprendizagem da democracia e liberdade pelas classes trabalhadoras. Se havia vários setores da esquerda que contestavam radicalmente o parlamentarismo (anarquistas, blanquistas e a ala liderada por Lenin), no entanto, a Segunda Internacional, oficialmente marxista, orientou-se por formas pacíficas, pela mobilização de massa e sufrágio universal. É Lenin, principalmente a partir de sua obra *Que fazer?*, de 1902, quem rompe com este tipo de proposta, preconizando a formação de um partido revolucionário composto por profissionais, em estrutura clandestina e de disciplina quase militar. Lenin, em 1914, rompe definitivamente com

a Segunda Internacional, fazendo uma justa crítica à atração dos partidos socialistas pelo nacionalismo renovado com o início da Primeira Guerra Mundial.²

Uma primeira característica assumida pelo partido comunista, advindo do modelo da vanguarda, é o seu papel de direção suprema dos movimentos de massa. O partido deve ser formado por quadros disciplinados quase que militarmente, com decisões centralizadas no órgão dirigente e transmitidas hierarquicamente aos militantes que obedecem prontamente, que devem ter praticamente uma “fé” em relação à direção central e suas emulações. A segunda característica surge do processo de, podemos dizer assim, “burocratização” do partido, observada desde os primeiros anos da Rússia socialista.

Bettelheim narra que, antes da tomada do poder, ainda haviam amplas discussões internas no partido bolchevique, inclusive em momentos muito difíceis. A decisão pela direção central do partido ocorria apenas após debates profundos e abertos, podendo os militantes discordantes da maioria do Comitê Central dirigirem-se diretamente ao conjunto do partido, em órgãos oficiais ou publicações próprias - o lema era “unidade/luta/unidade”. Esperava-se que discussões, análises e pesquisas teóricas dos militantes resultassem em soluções sérias dos problemas, com a participação ativa da massa dos militantes e, finalmente, esperava-se que todos acatassem a decisão finalmente tomada pela maioria. Progressivamente, porém, ocorreram mudanças nesta forma de levar a cabo as decisões, principalmente a partir de 1918. O VIII Congresso do Partido, realizado em 1919, nos parece o momento marcante da “virada” do partido bolchevista, apresentando um partido diferente, caracterizando-se como um corpo estruturado cuja disciplina é mantida pelo centralismo administrativo (e não mais pelo “centralismo democrático”). O Congresso criou o *Politburo* (ou *Bureau Político*), que assume logo o papel de direção real do partido,

²Stéphane Courtois, “Por quê?”, in. Stéphane Courtois *et. al. Op. cit.*, pp. 861-896.

contando com 5 membros efetivos (entre eles Lenin, Trotski e Stálin) e 3 suplentes (entre eles Bukharin). Criou também o Comissariado do Povo para o Controle do Estado (que torna-se depois o *Rabkrib*, dirigido por Stálin) e o Secretariado do Comitê Central (cargo que seria logo ocupado por Stálin). Aos poucos, estes e outros órgãos administrativos tornam-se uma “direção administrativa” paralela à direção política do partido. Inicia-se, assim, o processo de autonomização dos órgãos administrativos (em geral controlados por Stálin) em relação aos órgãos políticos do partido - raiz da futura ascensão de Stálin ao poder supremo da União Soviética. Cada vez mais a base do partido toma só decisões secundárias, ficando as decisões essenciais sob a responsabilidade de um aparelho administrativo. Os Congressos do partido, a partir de então, passam a protestar contra o “envolvimento” do partido por seu próprio aparelho administrativo, mas, ou são inúteis os protestos ou são tomadas decisões contraditórias. Os Congressos mais tardios terão perdido mesmo esta contradição, ao tornarem-se todos os seus participantes designados ou controlados pelos órgãos administrativos centrais do partido. Como conseqüências, nas relações internas do partido, no estilo de direção e na ideologia de base desta direção, desenvolvem-se práticas políticas nas quais impera a exigência de cega obediência. Também, tendem os militantes a tornarem-se “funcionários preocupados sobretudo em saber o que deles esperam seus superiores”.³ Lenin e outros velhos militantes passam a denunciar o surgimento de uma “burocracia” nas organizações do partido e do Estado, no sentido da autonomização destas organizações, descrevendo o começo do “desenvolvimento das práticas que poderão, depois de consolidar-se, arrancar o poder do proletariado e entregá-lo a essa fração dirigente que constitui uma burguesia estatal”.⁴

³Charles Bettelheim. A luta de classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 279.

⁴Ibid., p. 282.

Durante o longo poderio de Stálin, o PCUS consolida uma forma de ser que procuraria determinar aos demais partidos comunistas do mundo. Além do que foi apontado acima, o stalinismo acrescenta ao modelo de partido comunista (e ao Estado comunista, onde ele se firma) uma liderança todo poderosa e carismática que “encarna” o partido e a verdade:

“Um partido flexível e disciplinado, de audácia teórica e saltos qualitativos, sem chefes carismáticos nem modestos militantes de base aterrorizados, foi transformado num partido de militantes mecanizados, de autômatos despersonalizados, fanatizados movidos apenas pela única coisa que ainda restava nos melhores - uma fé religiosa irracional e perversa na infalibilidade de uma hierarquia de dirigentes cada vez mais distantes e mais altos, até dar no recesso do Kremlin, onde, solitário e panteocrático, o Supremo Líder, detentor dos segredos da História, ordenava, recompensava e fulminava”.⁵

Desde os tempos em que Walter Benjamin, atraído pelo marxismo e por uma paixão, visita a União Soviética (em 1926-27), nota-se não apenas a fusão do partido no Estado soviético, mas seu enraizamento na sociedade russa e seu cotidiano. Apesar de muitas vezes ostentar elogios que repetem os chavões oficiais, o relato de Benjamin contém percepções dos problemas do socialismo soviético neste momento em que procurava recompor-se de enormes convulsões sociais.

“A Rússia de hoje não é apenas um Estado de classes, mas, antes, de castas. Um Estado de castas - isso significa que o valor social do cidadão não é definido pelo lado exterior de sua existência - como vestuário e moradia - , mas unicamente pela relação com o partido. Isso também atinge todos os que não estão diretamente filiados a ele.

⁵Mário Pedrosa. “O crime de Praga”, publicado no Correio da Manhã em 20/10/1968, in. Revista Praga, São Paulo: Boitempo, n. 2, 1997, pp.114-117, p. 116.

Também para estes estão abertos campos de trabalho desde que não neguem o Partido ostensivamente”.⁶

Revolução mundial e Internacional Comunista

O impacto e a influência da Revolução Bolchevique foi enorme nos anos seguintes a 1917: soviets inspirados nos russos são formados nos lugares os mais inesperados mundo afora; movimentos estudantis na China (1919) e na América Latina se inspiram nela; Marx e Lenin tornam-se novos ícones da Revolução Mexicana (que entrava em sua fase mais radical em 1917) ao lado de Montezuma e Zapata; com a ajuda de socialistas holandeses residentes na Indonésia, forma-se aí a principal organização para libertação do povo indonésio, o *Sarekat Islam*; a comunidade finlandesa nos Estados Unidos converte-se em massa ao comunismo e agita em comícios nos assentamentos mineiros de Minnesota etc. Revoltas e revoluções são inspiradas pela russa: onda de greves políticas e manifestações anti-guerra desde de janeiro de 1918 na Europa Central, a partir de Viena, culminando na revolta dos marinheiros austro-húngaros no Adriático; exércitos se desmantelam diante da derrota das potências da Europa Central no fim da Primeira Guerra Mundial; na Bulgária, em setembro de 1918, soldados camponeses proclamam a república e marcham sobre Sofia, mas são desarmados com ajuda alemã; vários Estados nacionais do desmantelado Império Áustro-Húngaro são proclamados; em novembro de 1918, marinheiros e soldados amotinados espalham a Revolução Alemã, proclama-se a república e o imperador retira-se; socialistas alemães tentam formar governos socialistas junto a diversos soviets espalhados pelo país - mas falham diante da reorganização da estrutura tradicional de poder e a derrota nas eleições; o recém-criado Partido Comunista Alemão tenta uma insurreição, mas seus líderes Karl Kiebknecht e Rosa Luxemburgo são assassinados a mando do exército;

⁶Walter Benjamin. “Imagens do pensamento”, *In. Obras Escolhidas II. Rua de mão única*, São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 173.

uma República socialista de curta vida é proclamada na Baviera em 1918; breve também é a República Soviética em Munique, na primavera de 1919; na Hungria, entre março e julho de 1919, sem sucesso tentou se instalar uma República Soviética na Hungria.⁷ Entre 1917 e 1920, greves, manifestações e insurreições proletárias e camponesas se dão também no Brasil, Argentina, Cuba, México, Estados Unidos, China e Austrália.⁸

Lenin acreditava estar se iniciando uma Revolução proletária mundial a partir da Rússia. Não é à toa que, logo após à tomada do poder, Lenin proclamou: “Passemos à construção do Estado socialista proletário russo! Viva a revolução mundial!”⁹ A Revolução Mundial proletária/socialista, além de uma esperança, era uma “necessidade teórica” e uma necessidade prática. Esta Revolução era necessária para a própria sobrevivência do novo regime bolchevista, pois era preciso que outros países mais desenvolvidos que a Rússia seguissem o caminho da Revolução, principalmente a Alemanha, com forte capacidade industrial, proletariado bem organizado e proximidade com a Rússia. Se os eventos, num primeiro momento, parecem dar razão à esperança dos bolcheviques, logo as derrotas das revoluções tentadas na Alemanha e depois em outros países da Europa remodelam todas as perspectivas dos dirigentes soviéticos.

Enquanto vigorava o desejo da Revolução mundial, a Rússia criou o *Cominter*, a Internacional Comunista ou Terceira Internacional. Muitos partidos socialistas europeus (da França, Itália, Áustria e Noruega, além dos Socialistas Independentes da Alemanha) desejavam fazer parte da Terceira Internacional, assim como consideráveis dissidências em quase todos os outros partidos trabalhistas e socialistas mundo afora. Mas os partidos que não aceitaram a disciplina e a

⁷Eric Hobsbawn Era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991, São Paulo: Cia das Letras, 1995.

⁸Jornal Folha de S. Paulo, 30/12/1999, p. especial-3.

⁹Cit. In. Eric Hobsbawn op. Cit.

estrutura leninista exigidas foram barrados ou expulsos. No 2º Congresso da Internacional, em 1920, foram estabelecidas 21 condições para a admissão de um partido à organização. O objetivo é criar organizações muito centralizadas e fazer da Internacional uma espécie de “Estado Maior” da revolução mundial, em que o peso do Partido Bolchevique era determinante. De acordo com a terceira condição de admissão, os comunistas não podiam confiar na legalidade burguesa (em direção oposta à tendência da Segunda Internacional) e deviam criar um organismo clandestino para ação revolucionária - a Rússia, então em Guerra Civil, projetava mesmo aos países constitucionais sua política de guerra civil. Dizia a 12ª condição que o partido comunista devia ter uma organização centralizada, com disciplina de ferro semelhante à militar; seu organismo central devia ter amplos poderes, autoridade incontestada e confiança unânime dos militantes; recomenda-se, então, depurações periódicas para afastar “interesseiros” e “pequeno-burgueses”. A maioria dos partidos comunistas, formados desde então, surgiriam de cisões à esquerda da social-democracia ou, como no caso do Brasil, de sindicalistas e intelectuais próximos dos movimentos operários que procuravam formar uma organização que estivesse de acordo com as 21 condições fixadas pela Internacional (no Brasil, rompia-se principalmente com o anarcossindicalismo).¹⁰

Era o momento em que Lenin e os bolcheviques viam-se como parte de uma revolução socialista mundial. Moscou, tomada em 1917, seria apenas “o quartel-general temporário do socialismo, até que a ideologia pudesse mudar-se para sua capital permanente em Berlim. Não foi por acaso que a língua oficial da Internacional Comunista, criada como o estado-maior da revolução mundial em 1919, era - e

¹⁰Leôncio Martins Rodrigues. “O PCB: os dirigentes e a organização”, in. Sérgio Buarque de Holanda (dir.). História Geral da Civilização Brasileira, cap. VIII, Sociedade e Política, Rio de Janeiro: Difel, pp. 362-443.

continuou sendo – não o russo, mas o alemão”.¹¹ Não era previsto, nem por Marx ou pelos bolcheviques, o “socialismo num só país”. A Internacional foi pensada como instrumento de subversão internacional, como afirmava o Manifesto de seu 2º Congresso: “A Internacional Comunista é o partido internacional da insurreição e da ditadura do proletariado”.¹²

Contradizendo os desejos dos comunistas, a revolução mundial acabou não acontecendo, enquanto revoluções locais eram obstruídas por seus opositores. Já desde o seu 3º Congresso, o *Comintern* muda sua estratégia e convoca uma “frente única” com os socialistas, até há pouco barrados. Mas o movimento socialista já estava rachado: a maioria dos socialistas que não aderiram ao comunismo soviético caíram nos braços do movimento social-democrata (quase em absoluto guiado por anticomunistas).

Os novos partidos comunistas seriam minorias na esquerda europeia e, exceto na Alemanha, França e Finlândia, seriam minorias bem pequenas, pelo menos até a década de 1930. Contudo, um outro problema mais grave sedimentava-se na Internacional. Se no seu início, principalmente a partir de 1928, até 1934, a Internacional assumira uma retórica de tom ultra-revolucionário, porém, desde logo os interesses do Estado soviético transformaram a Internacional em “um instrumento da política de Estado soviético, sob o estrito controle do Partido Comunista soviético, expurgando, dissolvendo e reformando seus componentes à vontade. A revolução mundial pertencia à retórica do passado”.¹³ Revoluções só eram toleradas se não conflitassem com os interesses do Estado soviético e se pudessem ser postas sob controle soviético direto. Deste modo, Revoluções eram desencorajadas mesmo onde tinha chances de ser bem sucedidas, como na China e Iugoslávia. Desde já, revolucionários inconformados protestavam contra Moscou.

¹¹Eric Hobsbawn op. Cit., p. 367

¹² cit. In. Stéphane Courtois & Jean-Louis Panné. Op. Cit., p. 323.

¹³Eric Hobsbawn op. Cit., p. 78.

Mas o movimento comunista manteve-se ligado estritamente a Moscou pelo menos até 1956, apesar da tentativa de Trotski formar uma “4ª Internacional”.

Com a rígida disciplina imposta pelo partido aos seus militantes, assim como o forte controle da Internacional sobre direções dos partidos comunistas, esboça-se um movimento comunista internacional centralizado, hierarquizado e em que os partidos tornavam-se realmente “seções” da Internacional. Segundo Martins Rodrigues, no Partido Comunista Brasileiro (PCB), como na maioria dos partidos comunistas mundo afora durante a maior parte de suas existências, internamente “o dogmatismo, o autoritarismo, a intransigência doutrinária, a dedicação extremada à ‘causa’, potencializavam as divergências políticas internas, transformando os desacordos com a direção em ‘desvios ideológicos’ que assumiam a feição de um cisma religioso”.¹⁴ Os dissidentes insubmissos podiam ser vítimas de atitudes de inacreditável desonestidade. Em 1937, houve uma cisão dentro do PCB em São Paulo, entre o novo secretário geral do PCB, o “Bangu”, e Hermínio Sachetta (presidente do Comitê Regional de São Paulo), divididos sobre quem apoiar na eleição para presidente da República (que, afinal, seriam canceladas). O que interessa dizer é que a Internacional apoiou a facção do “Bangu” (nome de guerra de Lauro Reginaldo da Rocha) e “a rádio de Moscou passou a atacar oficialmente a facção de Sachetta, além de revelar a identidade legal de seus membros”.¹⁵ Isto, num momento que os comunistas eram perseguidos de modo selvagem, pelo governo de Getúlio Vargas, e a clandestinidade era uma autodefesa essencial.¹⁶

Após 1917, o comunismo de extração bolchevique e a Internacional absorveram outras importantes tradições revolucionárias

¹⁴ Leôncio Martins Rodrigues. *op. cit.*, p. 382-3.

¹⁵ *Ibid.*, p. 403.

¹⁶ Sachetta seria preso pela polícia de Vargas em 1938, mas provavelmente não teria sido necessário a ajuda da rádio moscovita.

ou as levaram à marginalização – como o anarquismo (mais importante agitador revolucionário que o marxismo antes da Primeira Guerra, que deixaria de existir como força política importante na América Latina e na Europa – exceto na Espanha) e os “social-revolucionários” (como os grupos trotskistas, dirigidos por membros expulsos ou dissidentes da Internacional, com número pequeno de seguidores e, sintomaticamente, tomando Lenin e a Revolução de Outubro como ponto de referência). Se impunha cada vez mais como única ideologia revolucionária e anti-capitalista o comunismo soviético: “Os jovens que tinham sede de derrubar o capitalismo tornaram-se comunistas ortodoxos, e identificaram sua causa com o movimento internacional centrado em Moscou”.¹⁷ O marxismo, que fora de certa forma retirado do ostracismo com a Segunda Internacional (que lhe dera uma coloração pouco insurrecional, no entanto), torna-se mais do que nunca, a partir da Revolução Russa, a ideologia revolucionária por excelência. Contudo, o marxismo passa a se confundir com aquele pregado pelo Instituto Marx-Engels-Lenin de Moscou, adquirindo contornos de uma “espécie de versão secular de religião de Estado universal e compulsória”.¹⁸ E o conceito de organização revolucionária tendeu a se confundir com as rígidas estruturas dos partidos e Internacional comunistas.

Enquanto isto, os comunistas submetem-se ou são submetidos às diretivas da Internacional, por sua vez baseadas na *realpolitik* da União Soviética. Tudo isto sempre traduzido em termos “revolucionários” e linguagem marxista, obrigando direções, partidos e militantes a verdadeiras “reprogramações” de suas convicções e dogmas cada vez que Moscou sinalizava com uma nova linha política – submetendo-a à direção da Internacional que submetia-a às direções dos partidos comunistas que submeti-a aos seus quadros. Nos anos 1930, uma verdadeira dança de posições jogou de um lado ao outro o movimento

¹⁷Eric Hobsbawn *op. Cit.*, p. 80.

¹⁸*Ibid.*, p. 379.

comunista internacional, levando muitos militantes a situações políticas, pessoais e ideológicas muito constrangedoras. No começo, principalmente após 1934, além de se afastar da retórica ultra-esquerdista, a Internacional defendeu as “frentes antifascistas”, apelando à unidade antifascista, sob o argumento de que o fascismo “tratava publicamente todos os liberais, socialistas e comunistas ou qualquer tipo de regime democrático e soviético, como inimigos a serem igualmente destruídos”.¹⁹ A lógica da Frente Popular (ampla aliança eleitoral e política com democratas e liberais) e até da “Frente Nacional” (incluindo até membros da “direita” que encaravam o fascismo como seu principal inimigo), conseguiu até vitórias eleitorais na França e Espanha (em 1936) e seria muitas outras vezes mais aplicada no movimento comunista internacional, submetendo potenciais situações revolucionárias à “moderação” - obedecendo a necessidades geopolíticas de Moscou.

A política antifascista pregada por Moscou e pela Internacional era simples e lógica no papel: unir todos os países contra agressores, não fazer concessões a eles e detê-los e derrotá-los pela ameaça ou ação comum. Mas muitos governos relutavam em entrar em acordo com a União Soviética e, mesmo nos anos 1938-9, vários achavam que os soviéticos eram um perigo maior que os nazi-fascistas. Temendo ter de sozinha enfrentar Alemanha, a União Soviética faz o Pacto Stálin-Reibbnetrop em agosto de 1939 - um Pacto militar de não-agressão com aqueles que até pouco tempo antes eram os inimigos mortais dos comunistas, os nazistas da Alemanha. O comunismo viu-se obrigado a contorcionismos verbais, exercícios inusitados de distorção da realidade e construção de interpretações que justificassem os giros mortais na política empregada - aquilo que foi levado ao extremo em 1984 de George Orwell (em plena manifestação contra a nação x, os cartazes, discursos e a direção do ódio nacional são realocados contra a nação y,

¹⁹Ibid., p. 149.

evidente paródia do acordo germânico-soviético de 1939).²⁰ Se nos anos 1930, a URSS e a Internacional foram os campeões do antifascismo, perpetrando alianças de forças progressistas contra o fascismo, o acordo entre Hitler e Stálin em 1939 surpreendeu o mundo - em especial o próprio movimento comunista internacional. No caso dos países ocupados pelo Eixo, impôs-se uma espécie de “derrotismo revolucionário” pelo *Comintern*, mas apenas enquanto Hitler não invadiu a URSS. O secretário do partido comunista grego, preso desde 1936, lançou um apelo à resistência nacional contra a invasão da Grécia pela Itália, em 1940 - pouco tempo depois, manifesto do seu Comitê Central desmentia-o para, em 22 de junho de 1941, após a traição nazista, conclamar “a luta em defesa da União Soviética e a livre do jugo fascista estrangeiro”²¹, dando origem a uma organização guerrilheira contra o Eixo.

O movimento comunista internacional que emerge após a Segunda Guerra Mundial é atravessado pelas mais inacreditáveis ambigüidades. O mundo socialista preparava-se para crescer, logo adquirindo sua máxima extensão. Mas Stálin parecia satisfeito com os primeiros rumos da nova ordem internacional e com a zona de influência que desenhava-se aos seus olhos. Assim, na Europa, o comunismo conquistou o poder apenas onde a União Soviética desejou, exceto Iugoslávia e Albânia (cujos comunistas agiram por sua própria iniciativa). Na Europa Ocidental, faltaram tanto melhores condições para isto, quanto o fato de que “a URSS, à qual seus partidos eram absolutamente leais, desencorajou vigorosamente tais investida unilaterais ao poder”.²² Mesmo a Revolução Chinesa foi contra a vontade de Stálin, imediatamente mais interessado em recriar a aliança antifascista abrangente e a coexistência entre os regimes capitalistas e comunistas. Logo, porém, a Guerra Fria complicaria esta solução,

²⁰ George Orwell. 1984, São Paulo: Nacional, 1982.

²¹Stéphane Courtois & Jean-Louis Panné. Op. Cit., p. 385.

²²Eric Hobsbawn. Op. Cit., p. 168.

levando a um nível de confronto que fez com que, logo, poucos ainda se lembrassem que Stálin exortara comunistas iugoslavos a manter a monarquia e que os comunistas britânicos em 1945 foram contrários ao rompimento da coalizão de Churchill e, portanto, contra a campanha eleitoral que levaria os trabalhistas ao poder. Era o mesmo Stálin que dissolvera o *Comintern* em 1943 e o partido comunista dos EUA em 1944. Os dissidentes de então acreditavam que a União Soviética dava um adeus permanente à revolução mundial e que o socialismo iria se limitar à URSS e área ocupada pelo Exército Vermelho no fim da guerra (e mesmo nesta área, não imediatamente). Se logo os anos da Guerra Fria desmentiriam a esperada calmaria política internacional, no entanto, estes críticos da União Soviética acertaram no fato de que, até 1989, o mundo estaria mesmo dividido nas duas zonas de influência, que pouco mudaram em relação ao que foi negociado em 1944-5.

Quanto ao Terceiro Mundo e seus movimentos antiimperialistas, a União Soviética estabeleceu com eles uma relação pragmática, não apostando muito na possibilidade de aumentar o espaço de influência comunista para além da Europa Oriental e China. Isto se manteve durante os anos de Krushev e os anos 1960, apesar da Revolução Cubana, da Revolução Argelina e de líderes africanos que se autodenominavam antiimperialistas, socialistas ou amigos da URSS. Apesar do apoio a Cuba, no geral, mesmo desafiada pela China em 1960, URSS e partidos comunistas pró-soviéticos no Terceiro Mundo escolheram a política de moderação: apontando como inimigos o “pré-capitalismo” e o imperialismo; escolhendo o caminho da frente popular ou nacional ampla aliando-se à burguesia “nacional”. Ou seja, no geral manteve-se a linha do *Comintern* da década de 1930 - estratégia que pareceu dar certo no Brasil e Indonésia no começo da década de 1960 e no Chile em 1970, justamente casos em que foi detida por golpes militares apoiados pelos Estados Unidos.

Os alquimistas da nova sociedade

Contemplamos acima os determinantes da militância política comunista, que atrelavam a vida política do inconformista a um modelo que pregava a disciplina estrita, que obrigava os quadros a contorcionismos ideológicos inusitados, que fazia a generosidade da crítica anti-capitalista fenecer diante de interesses da política internacional da União Soviética. Além destas questões da militância anti-capitalista e das limitações impostas à prática política pelo modelo hegemônico de oposição, há uma dimensão ainda mais assustadora no fenômeno do comunismo soviético. Tratam-se das experiências de transformação econômica, social e cultural perpetradas nas fronteiras do mundo comunista soviético, muitas delas de conseqüências trágicas para os povos sujeitados à soberba dos “alquimistas da nova sociedade”. Destacarei, em especial, o que aconteceu na pátria-mãe deste sistema, a União Soviética.

Após a vitória do partido bolchevique, em 1917, ele teve que enfrentar maciças resistências e revoltas dentro da Rússia – principalmente dos camponeses. Segundo Bettelheim, o partido bolchevique, ao invés de tentar costurar uma aliança com as massas camponesas (e, na verdade, com quase todos os setores sociais da Rússia, a maioria descontente com os rumos tomados pelos novos donos do poder), optou por realizar uma centralização não democrática do poder, reforçando o aspecto estatal das organizações de poder e ampliando as relações políticas de tipo “burguês” (leia-se, relações de força). Sob o temor de ter diminuído seu poder, o centro de comando bolchevista vai seguidamente tomando medidas restritivas à presença das massas não-proletárias (e, logo, também das proletárias) nas decisões políticas: menor presença de representantes camponeses em Conselhos de Sovietes; dissolução da Assembléia Constituinte logo após sua convocação (devido ao predomínio dos social-revolucionários[SR]); limitação e depois proibição das atividades dos outros partidos,

principalmente dos SR, ligados às camadas abastadas do campo etc. Agrava a situação a fraca presença efetiva e ideológica do partido bolchevista nos campos. Durante a fase do “comunismo de guerra”, o papel predominante na política, que devia ser do Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia, é exercido efetivamente pelo *Sovnarkom* (Conselho dos Comissários do Povo), presidido por Lenin. O congresso e seus órgãos reúnem-se cada vez menos e têm poderes reais cada vez menores. Há uma tendência dos órgãos administrativos dos Congressos, teoricamente subordinados aos Congressos, passarem a exercer efetivamente o poder. Paralelamente ao que ocorreu com o Congresso dos Sovietes, os soviets locais, de províncias, distritos e cidades, tiveram seu poder efetivo esvaziado e desviado para os Comitês Executivos, nos quais o poder pendia ao lado bolchevista ou para um aparelho administrativo permanente. Outra forma de esvaziamento do poder dos soviets locais é a crescente concentração do poder nas mãos dos órgãos centrais do governo. O *Sovnarkom*, e depois o Comitê Central do Partido Bolchevique, torna-se a força dirigente do partido e do governo.

Porém, parte importante da atividade real do aparelho administrativo escapava à direção do partido e governo, até mesmo nas capitais Moscou e Petrogrado. Cria-se, em março de 1918, o Comissariado do Povo para o controle do Estado, com o objetivo de aumentar o controle do governo central sobre o aparelho administrativo. Comissariado que, por não ter obtido resultados, é recriado em abril de 1919 e dado a Stálin - tornando-se depois a “Inspeção Operária e Camponesa” (RKI ou *Rabkrin*), ainda sob o poder de Stálin. Mas, logo, o próprio *Rabkrin* torna-se também um organismo burocrático.²³ É com Stálin que o regime soviético solidifica suas tendências de concentração absurda de poderes políticos, econômicos e sociais nas mãos de órgãos centralizados - em última instância de Stálin -, tecendo uma rede

²³Charles Bettelheim. *Op. Cit.*

administrativa que invadia todas as esferas sociais e assumindo sua vocação de “alquimista social”. Dono da verdade, o Estado soviético tudo poderia lançar mão para colocar sua sociedade – e, um dia, a humanidade – no caminho justo da emancipação.

Enzensberger afirma que, levada à total coerência “a construção do socialismo, sem quaisquer óbices, termina no que justificadamente se chama de ‘campo de concentração’”.²⁴ Os bolcheviques que tomam o poder na Rússia têm uma concepção de política e comunismo imersa de voluntarismo mixado a determinismo, gerando um utopismo em que todos os meios são justos, desde que levem ao fim considerado correto e verdadeiro pela doutrina professada:

“É perfeitamente evidente que, se definirmos como objetivo a abolição da propriedade privada individual dos meios de produção, não haverá outra maneira de consegui-lo senão através da concentração de todos os poderes do Estado nas mãos do proletariado, um regime de exceção durante um período provisório... A ditadura é indispensável porque não se trata de mudanças parciais, mas da própria existência da burguesia... Quem quer atingir um fim não pode repudiar os meios”.²⁵

Entre os bolcheviques, e logo entre o movimento comunista internacional, as elaborações teóricas de Lenin tornam-se “palavra do Evangelho”, dogmas inquestionáveis, verdades absolutas. A pretensa verdade de suas mensagens e a justeza da sua missão levam os bolcheviques à violência generalizada e à certeza da necessidade de instalarem um poder absoluto sobre a sociedade. K. Kautsky em seu livro *A ditadura do proletariado*, em 1918, opõe o método democrático de tomada do poder e construção do socialismo ao método da ditadura do proletariado, afirmando que o segundo se emaranhava paranóica e eternamente numa guerra civil – adotando formas belicosas de relação

²⁴ Hans Magnus Enzensberger. Com raiva e paciência. Ensaios sobre literatura, política e colonialismo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 193.

²⁵ Léon Trotski, cit. In. Stéphane Courtois, “Por quê?”, in. Stéphane Courtois et. al., Op. Cit., pp. 861-896, p. 875.

com as oposições políticas e sociais. A resposta de Lenin, no texto *A Revolução do Proletariado e o Renegado Kautsky*, reafirma, no seu próprio título, a incapacidade de debater e a paranóia, baseadas na certeza de se conhecer a verdade da sociedade justa e do Estado da felicidade: “A ditadura revolucionária do proletariado é um poder conquistado e mantido pela violência, que o proletariado exerce sobre a burguesia, poder esse que não está de mãos atadas por qualquer lei”.²⁶

O bolchevismo resolve à sua maneira - partido disciplinado profissional, ditadura do proletariado etc. - o conflito que sempre permeou o marxismo: o respeito às “leis da História” ou o subjetivismo ativista de paixão revolucionária. Podemos notar esta resolução prático/teórico nesta formulação de Trotski: “A revolução violenta tornou-se uma necessidade na exata medida em que as exigências imediatas da História não podem ser satisfeitas pelo aparelho da democracia parlamentar”.²⁷

O militarismo também adentraria o bolchevismo, justificando que na guerra civil todas as formas de violência poderiam ser empregadas para eliminar a burguesia e os inimigos “brancos” (denominação dos opositores dos bolcheviques durante a Guerra Civil), como diz Trotski: “A questão de saber a quem vai pertencer o poder nesse país, ou seja, se a burguesia deve viver ou morrer, não se resolverá pela invocação dos artigos da Constituição, mas pelo recurso a todas as formas de violência”.²⁸ A idéia da “guerra total”, praticada durante a Primeira Guerra Mundial, retorna durante a Guerra Civil na Rússia - mesmo que fosse praticada pelos dois lados em luta, na verdade são os bolcheviques que proclamam a guerra civil como “forma permanente de luta política”.²⁹ O bolchevismo sedimentou o costume de se nomear adversários e obstáculos políticos e sociais com expressões militaristas,

²⁶Lenin, *cit. In., Ibid.*, p. 878.

²⁷Trotski, *cit. In., Ibid.*, p. 887.

²⁸Trotski, *cit. In., Ibid.*, p. 880.

²⁹*Ibid.*

além de considerar como “inimigo” de uma eterna guerra civil todo aquele que se opunha à política comunista ou fosse obstáculo ao poder absoluto do Partido.

Assusta-nos a concepção extremada, criada pelos bolcheviques na sua prática do poder, de que detêm o conhecimento dos verdadeiros interesses das classes populares - no caso abaixo, em reação à resistência camponesa contra as requisições forçadas e as convocações para o Exército durante a Guerra Civil, Kzerjinski afirma que as massas camponesas eram “a tal ponto obscuras e ignorantes que elas não são nem mesmo capazes de ver onde está o seu verdadeiro interesse”.³⁰ Justificam-se com isto execuções, verdadeiros raptos de camponeses para servirem o Exército Vermelho e sistema de reféns para impedir deserções. A partir disto, povoados são queimados e bombardeados e reféns são fuzilados na repressão à onda de revoltas camponesas (principalmente a partir de 1919). Em 1920, com a descossaquização (deportações e “depurações” dos cossacos, povo cujos homens adultos formavam as tropas de repressão aos motins sociais durante o czarismo), prefigurando a “deskulakização” realizada 10 anos mais tarde, renova-se a concepção da “Responsabilidade Coletiva” (as famílias e os povoados dos indivíduos que se revoltam são igualmente considerados culpados e punidos).

Os bolcheviques se vêem como fundadores do novo mundo. A concepção de que os comunistas são os artífices de uma nova sociedade, que deve ser refundada do zero, atravessa a história do movimento comunista mundial, adentra nas esquerdas e está presente mesmo nas novas esquerdas nos anos 1960. Sua versão mais perversa, exagerada e sanguinária é evocada no primeiro número do jornal da *Cheka* (iniciais de Comitê Contra Atos de Sabotagem e Contra-Revolução, a polícia política, fundada em 1917) de Kiev, chamado *O Gládio Vermelho* - na

³⁰Nicolas Weth, “Um Estado contra o povo. Violência, repressão e terror na União Soviética”, in. Stéphane Courtois *et. al.*, *op. Cit.*, pp. 47-318, p. 115.

citação veremos que uma nova concepção do “bem da humanidade” justifica atos sanguinários, vistos como fundadores de uma nova ordem pelas mãos dos “libertadores”:

“Nossa moralidade não tem precedentes, nossa humanidade é absoluta pois ela repousa sobre um novo ideal: destruir toda forma de opressão e de violência. Para nós, tudo é permitido, pois somos os primeiros no mundo a erguermos a espada não para oprimir, mas para libertar a humanidade de suas correntes... Sangue? Que o sangue jorre aos montes!... Somente a morte final do velho mundo pode nos libertar para sempre do retorno dos chacais!”³¹

Um dos momentos máximos desta soberba comunista foi a coletivização forçada do campesinato na União Soviética, anunciada em 1929. Mesmo que a intenção tenha sido, também, o controle mais estrito das massas camponesas (cuja relação com os bolcheviques era de desconfiança e até repulsa recíproca), o plano de Stálin – que demorou 1 ano para convencer o Partido e o Estado – previa o rearranjo da sociedade para uma industrialização acelerada. Em junho de 1929, o governo anuncia a “coletivização em massa” e, em outubro, a “coletivização total”. A coletivização forçada foi uma verdadeira guerra do Estado contra uma nação de pequenos produtores rurais: 2 milhões de camponeses foram deportados (1,8 milhão só entre 1930 e 1931), 6 milhões foram mortos pela fome (provocada deliberadamente para acabar com a resistência dos camponeses, em 1932-33) e centenas de milhares pereceram durante as deportações.

A alquimia é levada à perversão: os campos de trabalho da polícia política no início dos anos 1930 parecem ser muito lucrativos, realizando obras de pretensão grande impacto econômico e infra-estrutural. Logo seria planejado seu uso de modo mais ampliado, para serviços econômicos importantes, instaurando-se uma pseudo-escravidão contemporânea. Os prisioneiros dos primeiros campos de trabalho eram

³¹cit. In. Ibid., p. 127.

submetidos à toda espécie de escassez e arbitrariedades (falta de alimentos e moradia, epidemias, prostituição de deportadas etc.), levando um diretor de empresa de exploração de florestas do Ural a dizer, em 1933: “Nós poderíamos liquidá-los todos, e de todo modo a GPU enviará, em seu lugar, uma nova fornada de cem mil de vocês”.³² A GPU (iniciais de Administração Política do Estado, a partir de 1922 o novo nome da polícia política) assumiria logo os campos de trabalho e utilizaria a mão de obra dos deportados principalmente em grandes canteiros de obras e pólos industriais e mineradores (os deportados semi-escravizados formavam 47% dos mineiros nos finais de 1933). Os anos 1930 foram também os de incrível crescimento dos campos de concentração, organizados num sistema conhecido como “Gulag” (sistema unificado de campos que, em 1935, mantinha 965 mil pessoas em campos ou colônias de trabalho). As necessidades de mais mão de obra cativa incentivava o aumento do número de internados nos campos de trabalho da polícia política: trabalham na extração de carvão, petróleo, ouro, níquel etc., constróem canais, hidrelétricas, estradas de ferro em gigantescas frentes de trabalho, e até mesmo constróem “cidades” dentro de complexos do Gulag. Em 1941, já são 1 milhão e 930 mil os presos do Gulag. Apesar da prisão não ser eterna, pois a maior parte das penas era de menos de 5 anos, a vida era muito dura nos campos: alimentação insuficiente, disciplina estrita, punições rígidas, horas de trabalho excessivas, poucos dias de repouso etc. Mas a grande mortandade acontecia durante as deportações e transferências, justo no aspecto em que os dados quase não existem.

A grande maioria dos presos do Gulag eram pessoas comuns, vítimas das penalizações impostas nas relações de trabalho e nos comportamentos sociais. Em 1945-1946, o Gulag atinge seu recorde: 5,5 milhões de prisioneiros, graças à criminalização das relações sociais e de trabalho, às deportações de povos, às operações de “limpeza” durante os

³²cit. In. Ibid., p. 191.

processos de sovietação de regiões anexadas, ao fato de todos os cidadãos soviéticos que foram prisioneiros de guerra passarem por “centros de triagem” do NKVD (iniciais de Comissariado do Povo para Assuntos Internos, como se denomina a polícia política a partir de 1934) etc.³³

O poder alquímico dos novos todo-poderosos do século XX descobre a arma da fome coletiva (e da morte pela fome) como forma de controle e a reengenharia social. Na Grande Fome de 1932-33, desde logo mesmo os mais duros comunistas, como Molotov, chamaram a atenção de Stálin sobre o que estava ocorrendo, sobre o risco de se atingir a todo o custo as cotas fixadas para as colheitas - mesmo as reservas de plantio deviam ser confiscadas, afirma decisão do *Politburo* em novembro de 1932. Milhões de camponeses esfomeados fogem dos campos coletivizados para as cidades, mas o governo, que criara o passaporte interior e o registro dos cidadãos no final de 1932, tentando evitar o êxodo rural, faz uma circular em janeiro de 1933, assinada por Stálin e Molotov, que condena à morte milhões de famintos. Ela proíbe a partida em massa dos camponeses da Ucrânia e Cáucaso do Norte para as cidades, instigando as autoridades a usar todos os meios para tanto - a justificativa era que se devia evitar que chegassem às cidades “contra-revolucionários infiltrados”. Numa resposta de Stálin ao escritor Mikhail Cholókhov (que denuncia que as autoridades locais extorquiram todas as reservas alimentares dos camponeses de seu distrito, utilizando dos meios mais ilícitos), diz mais ou menos nas entrelinhas que eles mereciam aquelas punições:

“É preciso saber ver o outro aspecto da realidade. E outro aspecto é que os respeitáveis lavradores do seu distrito - e não somente do seu - faziam greve, faziam sabotagens e estavam prontos a deixar os operários e o Exército Vermelho sem pão! O fato de essa sabotagem ser silenciosa e aparentemente pacífica ... - esse fato em nada muda na essência do

³³Ibid.

caso, a saber que os respeitadores lavradores praticavam uma guerra de trincheiras contra o poder soviético. Uma guerra de morte, camarada Cholokhov!”³⁴

Quando os objetos (como os camponeses) do poder criador, dos alquimistas conhecedores do verdadeiro bem da humanidade, se tornam sujeitos reativos e opõem-se aos seus “verdadeiros interesses”, quando “sabotam” o poder soviético, devem ser punidos e eliminados. Deve-se limpar o terreno deles. Durante o Grande Terror, em 1937, diante do Comitê Central, Stálin afirma: “quanto mais se avança em direção ao socialismo, mais ferrenha é a luta dos resquícios das classes moribundas”.³⁵ Um sociologismo vulgar, direciona a prática da alquimia da nova sociedade, gerando um totalitarismo sem precedentes, uma concentração de poderes inusitada nas mãos de uma instituição paranóica e de um líder obsessivo. O Terror deveria vitimar todos os que - mesmo muito remotamente - fossem ameaças ou pudessem tornar-se obstáculos, dado pertencerem à “sociedade moribunda”, aqueles que eram os “elementos perigosos à sociedade”. O Grande Terror (1936-38) eliminou ex e suspostos *ex-kulaks*, czaristas, membros dos partidos opositores etc. (cerca de 700 mil pessoas foram condenadas à morte em 2 anos de Terror).³⁶

A alquimia social era uma força por demais perversa numa região de imensa diversidade cultural como aquele abrangido pela União Soviética, um grande império com quase 300 milhões de habitantes que dividiam-se, por volta de 1990, em mais de 120 nacionalidades. Os eslavos eram 70% da população (russos, ucranianos e bielo-russos), enquanto os demais dividiam-se mais de 100 grupos étnicos e nacionais. Durante a história da URSS as nacionalidades não-russas sofreram muitas ingerências. A partir da Guerra Civil, abandonou-se idéia esboçada durante a Revolução Russa de que os povos do antigo Império

³⁴Stálin, em carta de 6/5/1933, *cit. In. Ibid.*, p. 203.

³⁵*cit. In. Ibid.*, p. 243.

³⁶*Ibid.*

Czarista decidiriam por si mesmos anexarem-se ou não ao novo país socialista, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A mudança se deu principalmente após a Ucrânia tentar seguir o exemplo da Finlândia, que conseguira a emancipação.³⁷

A grande ação alquímica contra os povos minoritários se deu nos países e regiões anexados pela União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial, continuando até a morte de Stálin, em 1953, contra povos da União Soviética que teriam “colaborado” com os nazistas. Quando a Alemanha invade a Polônia, a União Soviética ocupa territórios poloneses pré-fixados pelo acordo sob pretexto de ajudar ucranianos e bielorrussos. Logo, a polícia política começa a “limpar” os territórios poloneses anexados, deportando 381 mil civis poloneses em 1940 e 41 para regiões inóspitas da URSS. Seguiram-se outras ondas de deportação de poloneses (grande parte acabaria morta nos anos seguintes, em especial durante as deportações). Em 1939, seguindo os acordos com Hitler, os soviéticos invadem a Estônia, Lituânia e Letônia, invasões logo seguidas de “limpezas” pelo NKVD (vitimando principalmente oficiais militares, funcionários e intelectuais) - após 1940, estes países passam por um processo de “sovietização” e o poder é dado aos comunistas de cada país, além de terem havido novas ondas de deportações das famílias dos “elementos hostis” em condições estarrecedoras. Com a invasão traiçoeira dos alemães à URSS, Stálin convoca a “Grande Guerra Patriótica” - mas as deportações não cessam.

Na verdade, o grande segredo guardado pela história soviética foi a deportação de povos inteiros durante a “Grande Guerra Patriótica”, povos suspeitos de “diversionismo, espionagem e colaboração” com o invasor nazista. Só no fim dos anos 1950 as autoridades soviéticas reconhecem “excessos” nas deportações e nos anos 1960 restabelecem certas repúblicas autônomas outrora extintas. Mas só em 1972 os

³⁷Nelson Bacic Olic. A desintegração do Leste. URSS, Iugoslávia, Europa Oriental, São Paulo: Moderna, 1993.

indivíduos dos povos deportados recebem autorização para escolherem local de domicílio livremente. Até meados dos anos 1960, o fim das sanções contra estes povos foram feitas secretamente e nunca publicadas antes de 1964. Fora os alemães que viviam na União Soviética ou nos territórios por ela ocupados durante a guerra, foram cerca de meio milhão o número total dos indivíduos deportados, por pertencerem aos povos acusados de colaborarem com o ocupante nazista- chechenos, inguches, tártaros da Criméia, karachais e kalmuks, entre 1943 e 1944. As deportações coletivas continuam até a morte de Stálin, vitimando povos dos países Bálticos anexados à URSS e resistentes à coletivização, moldávios, gregos, armênios e turcos do litoral do Mar Negro, mingrélios, centenas de milhares de pessoas da Ucrânia Ocidental (rebelada entre 1946 e 1950), iranianos da Geórgia, testemunhas de Jeová, integrantes da seita dos “verdadeiros cristãos ortodoxos”, bastamachis do Tadjiquistão etc.³⁸

Concebido como um poder total a serviço da redenção social, o regime político da União Soviética se degrada numa aplicação terrorista e incondicional das ordens do comando central do Estado, ordens muitas vezes saídas da mente de um único homem. Haviam quadros e instituições fiéis o bastante para aplicar os mais dantescos processos de remodelação social. Contudo, durante o stalinismo e mesmo após ele, a maioria destas ações de reengenharia se dariam sem publicidade, na verdade seriam até mantidas em segredo por muitos anos - algumas, reveladas em sua real extensão apenas recentemente. O desejo da alquimia social é uma característica advinda de uma fé na posse das verdades “sociológicas” sobre a constituição do mundo social, da natureza dos seus problemas e de como resolvê-los. Se os objetos deste poder remodelador das relações humanas resistem, é porque não têm consciência do que é melhor para si mesmos. É claro que este tipo de presunção elitista não é exclusiva do comunismo soviético. Contudo, em

³⁸Nicolas Weth, *op. Cit.*

nenhum lugar mais que na União Soviética, os que possuíam esta presunção da posse da verdade tiveram em mãos todos os instrumentos para imprimir à força suas certezas.

Por exemplo, após a vitória dos soviéticos sobre os nazistas, na Segunda Guerra, para tentar controlar a economia, trabalho e sociedade num difícil período de recuperação após a catastrófica guerra, o Estado comunista apelou para a criminalização das relações sociais: leis severas contra os que furtam cereais (as penas, de 5 a 25 anos, podiam ser aplicadas a quem soubesse do roubo mas não denunciasse), decretos repressivos contra casamentos com estrangeiros, decisão de criar “regime perpétuo” aos povos deportados (os filhos seriam eternos “colonos especiais”), severas leis contra quebra da disciplina nas indústrias (repetindo medidas tomadas durante o “comunismo de guerra” nos anos 1920) etc.³⁹

O bolchevismo foi muito além do uso da “teoria” das classes sociais (referendada pelo marxismo) para as análises sociais (no que, aliás, o uso solitário do critério classista é insuficiente). Fez dela, inclusive, muito mais que critério para legitimar ações políticas. Ela se tornou critério de julgamento para decisões severas, envolvendo o destino de coletividades inteiras e a vida e morte de indivíduos e comunidades. Esse sociologismo, se assim podemos dizer, vulgar, esta obsessão pela objetividade social, esta busca de uma marca sociológica a serviço de julgamentos sobre a vida ou morte, sobre a admissão ou não de alguém num partido, num grupo, num grau hierárquico, sobre sua respeitabilidade enquanto produtor intelectual ou artístico etc. marcou, em diversos graus, o que chamo de comunismo ortodoxo no século XX, chegando a extremos no caso do stalinismo, do maoísmo no poder e com os Khmer Vermelhos do Camboja.

A vitória bolchevique viu lançado ao apogeu a retórica da “guerra de classes” (a “luta” de classes é levado ao extremo do conflito, a

³⁹Ibid.

“guerra”), desejando e até levando a efeito o extermínio das classes apontadas como indesejáveis e daqueles acusados como pertencentes a elas. Durante o “comunismo de guerra”, um artigo publicado no *Pravda* em 31/8/1918 conclama o terror de classe: “Trabalhadores, é chegada a hora de aniquilar a burguesia, se não vocês serão aniquilados por ela. As cidades devem ser impecavelmente limpas de toda putrefação burguesa. Todos esses senhores serão fichados, e aqueles que representem qualquer perigo para a causa revolucionária, exterminados... O hino da classe operária será um canto de ódio e de vingança”.⁴⁰ Mais que a crença na legitimidade desta “guerra” contra classes, assusta-nos os critérios que na prática seriam usados para definir quem eram os “inimigos”. Diria Latzis, um dos primeiros chefes da Cheka, em novembro de 1918: “Não procurem, na investigação, documentos e provas do que o acusado fez, em atos ou palavras, contra a autoridade soviética. A primeira questão que vocês devem colocar-lhe é a que classe ele pertence, qual é sua origem, sua educação, sua instrução, sua profissão”.⁴¹

Na URSS a prática mais planejada e generalizada de eliminação de uma classe se iniciou, tal qual um ensaio ou laboratório, na política de “descossaquização” a partir de 1920, seguida da “deskulakização” entre 1930 e 32 (fuzilamentos e deportações em condições hediondas de centenas de milhares de camponeses médios, os “*kulaks*”); o uso da fome como arma política se dá com a Grande Fome Ucraniana (1932-33) causando a morte rápida de 6 milhões de pessoas - outras “indigências assassinas” causadas deliberadamente para destruir resistências sociais seriam reutilizadas na URSS, China e regimes ditos comunistas na África.

A polícia política soviética desde os anos 1920 estabelecia “cotas” para cada região e distrito sobre a quantidade a ser feita de prisões,

⁴⁰cit. In. Nicolas Weth, op. Cit., p. 94.

⁴¹cit. In. Stéphane Courtois. “Os crimes do comunismo”, in. Stéphane Courtois et. Al op. Cit., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, pp. 11-52, p. 20-21.

deportações e fuzilamentos das “pessoas inimigas”. As vítimas eram selecionadas por um vulgar sociologismo, a partir de dados respondidos em questionários aplicados desde a Criméia, em 1920. Os últimos “brancos” saíram da Criméia em 1920. Em represália, após execuções em massa vitimando supostos colaboradores dos brancos, Lenin declarou em 6 de dezembro que haviam 300 mil “burgueses” na Criméia. Segue-se ordem para que todos na Criméia se apresentassem à Cheka e preenchessem longo questionário sobre origem social, passado, rendimentos, o que faziam durante a fuga dos brancos etc. “Com base nessas ‘investigações’, a população foi dividida em três categorias: a serem fuzilados; a serem enviados aos campos de concentração; a serem poupados”.⁴² Durante a “deskulakização”, em 1929, impôs-se a pergunta: como definir exatamente o que é um “*kulak*” (camponeses ricos), justo esta classe que tanto se empobrecera nos últimos anos. Na falta da riqueza aparente, para definir um “*kulak*” utilizaram-se dados fornecidos pelas listas fiscais dos sovietes rurais, informações da polícia política e denúncias dos vizinhos - chegando-se a todo tipo de arbitrariedades. Além da Guerra do Estado soviético contra os camponeses, cujo golpe final foi a Grande Fome de 1932-3, outros grupos sociais foram reprimidos no início dos anos 1930, considerados “estranhos” à nova sociedade capitalista, sendo exilados da sociedade, privados dos direitos civis, expulsos do trabalho e moradia, retroagidos na escala social, exilados etc.: “especialistas burgueses”, “aristocratas”, membros do clero, profissionais liberais, pequenos empresários privados, comerciantes e artesãos - vitimados pela “revolução anti-capitalista” promovida pelo governo da União Soviética no início dos anos 1930.⁴³

Durante o Grande Terror (1936-38), o grupo a combater novamente eram os “*kulaks*”. A partir de ordem de Stálin, em julho de 1937, instaura-se uma verdadeira onda de fichamento de todos os

⁴²Nicolas Weth, *op. Cit.*, p. 133.

⁴³*Ibid.*

indivíduos suspeitos, divididos nas categorias “executáveis” e “deportáveis” pelo NKVD, cujos dados deviam ser enviados ao Comitê Central; estabelecem-se cotas enviadas aos dirigentes locais para execuções e prisões – vários, tentando mostrar serviço, pediram aumento das cotas e até prorrogação das operações ao *Politburo*. Os alvos da repressão eram indivíduos suspeitos de “má origem social” (os “burgueses” ou “*kulaks*”), habitantes das zonas fronteiriças que tiveram contato com o exterior (os “espiões”), ex-prisioneiros de guerra ou tão somente parentes destes prisioneiros. O “sociologismo” fechava o ciclo contra aqueles que tiveram o contato com o estrangeiro, que perderam a mácula do isolamento, a pureza de viver apenas dentro dos liames do comunismo – mesmo radioamadores, filatelistas e esperantistas tinham grandes chances de colaborarem no preenchimentos das “cotas”.

Também durante o período de Lenin, inaugurou-se a prática de forçar a ligação de qualquer forma de oposição política a um complô da burguesia internacional. Quando Lenin teve em mãos os esboços do Código Penal (que iria vigorar a partir de 1922), ele recomendou que as atividades dos opositores fossem tratadas com a pena de morte ou com a expulsão do país, assim como conclama a necessidade de “aperfeiçoar uma fórmula que ligue essas atividades à burguesia internacional”.⁴⁴ No novo Código Penal de 1926, o crime de “contra-revolução” é estendido com a noção de “pessoa perigosa à sociedade” – uma noção por demais abrangente e indefinida, podendo ser aplicada muito arbitrariamente: apenas a suposta propensão de um indivíduo vir a cometer um crime ou uma relação distante com criminosos implicava na “culpa”.

Não seria exagerado dizer que, na União Soviética, o feitiço virou-se contra o feiticeiro. Os poderes da alquimia social, legitimados por um sociologismo aberrante, tendo em mãos os métodos mais eficientes e desavergonhados de terror, foram usado, no tempo de Stálin, contra o

⁴⁴Lenin, em carta ao Comissário do Povo para a Justiça, em maio de 1922, *cit. In. Ibid.*, p. 157.

próprio partido e a máquina estatal. A linguagem do terror tornou-se paranóia. Os elásticos e arbitrários conceitos do sociologismo faziam pipocar na imaginação do comunismo soviético “sabotadores” de todos os lados. Inclusive nos centros de administração e decisão. Os expurgos durante 1934 e 1939 dentro do partido fizeram com 4 ou 5 milhões de membros e funcionários fossem presos e 400 ou 500 mil executados sem julgamento - dum total de 1827 delegados do PCUS no Congresso de 1934, só 37 estariam presentes de novo no Congresso de 1939.⁴⁵

Este ciclo repressivo voltado contra o próprio partido se iniciaria com o assassinato de Kirov (membro do *Politburo*) por um jovem comunista, em 1/12/1934. O assassinato foi amplamente usado por Stálin para fins políticos, materializando a velha tese do complô, criando um clima de tensão constante e em que todos os problemas eram atribuídos a sabotadores ou, neste momento, aos “assassinos de Kirov”. Stálin redige rapidamente uma lei contra o terrorismo que seria o instrumento ideal para o Grande Terror (1936-1938): redução do período de instrução do processo para 10 dias, julgamentos na ausência das partes e execuções imediatas. Surgia o complô organizado pelo pretense “Centro Contra-Revolucionário Zenovievista de Leningrado”, cuja denúncia leva grande número de antigos opositores de Stálin dentro do PCUS à execução. Circular secreta endereçada a todas as organizações do partido fala do complô e de que todos os que no passado foram contra a direção stalinista eram suspeitos. Seguem-se várias outras ações, culminando no Grande Terror de 1936-1938: uma repressão de amplitude sem precedentes que atingiu todas as camadas sociais, dos dirigentes do *Politburo* a pacatos cidadãos detidos nas ruas para o preenchimento de cotas previstas de “contra-revolucionários”. Houve três espetaculares processos públicos, cujos efeitos foram levar a paranóia com mais efeito para o movimento comunista mundial, quando se condenaram prestigiados companheiros de Lenin que confessavam

⁴⁵Eric Hobsbawn. Op. Cit.

atos terroristas e a organização de complôs. No entanto, as demais repressões mantiveram-se durante décadas em silêncio.

Neste momento a paranóia se confunde com a paranóia de Stálin: é ele quem conduz pessoalmente a maior parte das decisões repressivas relativas aos dirigentes e quadros do PCUS - para estes, uma comissão da *Politburo* estipulava até mesmo as penas a serem aplicadas, antecipadamente. Leningrado, considerada por Stálin uma cidade suspeita por excelência, onde Kerov foi assassinado e Zenoviev havia sido dirigente, teve 90% dos quadros do partido presos. Na Ucrânia (onde, sob a batuta de Kruschev, só em 1938 mais de 106 mil pessoas foram presas, a maioria executadas), apenas 3 dos 200 membros do Comitê Central do Partido Comunista Ucrâniano sobreviveram.

Mesmo os dirigentes dos partidos comunistas estrangeiros e quadros da Internacional Comunista, alojados no Hotel Lux em Moscou, foram reprimidos, com expurgos, prisões e execuções. Dos dirigentes alemães, 57% seriam presos e, em 1939, após o Pacto germano-soviético, entregues à Gestapo (a polícia política nazista). O partido comunista polonês, exilado na URSS, seria liquidado em 1937-38 e, inclusive, oficialmente dissolvido pela Internacional. Quase todos os quadros soviéticos da Internacional Comunista - de novo o contato com o estrangeiro - seriam expurgados (algumas centenas de pessoas). A repressão também foi generalizada entre os militares (Stálin queria livrar-se de todos os oficiais com memória sobre sua “chefia militar” durante a Guerra Civil e os que fizeram contestações quando aproximou-se de Hitler no fim dos anos 1930) - o que iria gerar sérios problemas na Segunda Guerra Mundial para a URSS. Nos seus últimos dias, Stálin preparava mais um Grande Terror, no auge de sua paranóia. Em 13/01/1953, o *Pravda* anuncia o suposto “complô dos médicos terroristas”: 15 médicos, metade deles judeus, teriam “abreviado a vida” de um membro do *Politburo*. Enorme campanha da imprensa atualizava temas do Grande Terror, campanha dirigida agora notadamente aos

elementos judeus. Coroava-se assim a campanha “anti-cosmopolita” (na verdade, anti-semita) iniciada em 1949 e só interrompida com a morte de Stálin, semanas após o anúncio do complô – o que provavelmente interrompeu o segundo Grande Terror. Antes, uma série de prisões e processos vitimara quadros importantes do PCUS.

A paranóia e o terror (ainda que apenas psicológico) não eram exclusividade do partido-mor. O Partido Comunista Francês (PCF), durante os anos do stalinismo, tinha o costume de divulgar suas “Listas Negras”. Seriam doze entre 1932 e 1939, denunciando supostos “provocadores, traidores, espiões... ladrões, escroques, trotskistas etc.” Verdadeiros “bandidos” eram denunciados ao lado de opositores à linha oficial do Partido, fossem membros dele ou não, como militantes de grupos de oposição interna e trotskistas. Sobre os trotskistas, o partido comunista francês adotara “de modo mais realista que o rei” a versão oficial do PCUS: eram “um bando selvagem e sem princípios de sabotadores, de agentes diversionistas e assassinos sob as ordens de serviços de espionagem estrangeiros”.⁴⁶ Em 1945, o PCF voltaria a publicar novas listas negras contra seus adversários políticos. Sartre acusaria, anos mais tarde, o PCF de ser portador de uma virulenta paranóia: “Criou-se assim um certo tipo de militante comunista, carregado de instruções e de interditos, espalhando histórias maniqueístas e ingênuas, que outros comunistas lhes contaram”.⁴⁷

No passar dos anos do socialismo real, os regimes comunistas, segundo Enzensberger, secundados pelo movimento comunista internacional, consolidaram a recusa de aplicar na análise das suas realidades sociais a mesma teoria que aplicavam no países capitalistas. Os regimes comunistas substituíram o marxismo, na análise de suas próprias sociedades, pela linguagem do terror e da paranóia. Quando há

⁴⁶cit. In., Stéphane Courtois & Jean-Louis Panné. “Revolução mundial, Guerra civil e terror”, op. cit., p. 346.

⁴⁷Sartre, in. Phillippe Gavi, Jean-Paul Sartre e Paul Victor. Porquê a revolta? Debates, Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1975, p. 34.

fracassos, a culpa ou é do “inimigo” (sempre revivido, fazendo tais regimes ao mesmo tempo considerarem-se lutadores invencíveis e eternas vítimas inocentes), ou do passado (retóricas sobre as dificuldades de exterminar-se o “velho Homem”), ou da falibilidade do ser humano (descambando em sessões de autocrítica em que os erros confessados por algum bode expiatório explicam os fracassos). Em vez de analisarem a sua realidade social através da teoria que apregoavam defender, o marxismo, os dirigentes comunistas faziam uso dos processos públicos, “Listas Negras”, sessões de crítica e autocrítica. Para Enzensberger, era mesmo o “fim do marxismo”.⁴⁸

Abalos na hegemonia soviética

Nos anos seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial, o comunismo soviético atingiu o seu ápice. Desde então, foram vários os eventos e as causas que minaram, lentamente, a hegemonia soviética sobre as formas de oposição ao capitalismo: a morte de Stálin, os cismas da China, Iugoslávia e Albânia, os efeitos negativos da construção do Muro de Berlim e dos expurgos comandados por Moscou nos regimes do Leste Europeu, a postura moderada da União Soviética diante de certos acontecimentos no Terceiro Mundo (movimentos de descolonização da Ásia e África, crise dos mísseis em Cuba e a Guerra do Vietnã) etc. Na história da quebra da hegemonia soviética, destacam-se mais, no entanto, os anos de 1956 e 1968. Não falarei aqui sobre 1968, ano da intervenção soviética na Checoslováquia, encerrando a Primavera de Praga, um processo de reforma conduzido pelo governo checo que preconizava um “socialismo de face humana”. Além da questão do espaço, pode-se ver o ano de 1968 como a coroação de uma crise do comunismo soviético iniciada em 1956. Este foi o ano do Relatório “secreto” de Kruschov, que denunciava os “erros” do stalinismo. Em parte graças ao Relatório, geraram-se neste mesmo ano revoltas sociais

⁴⁸Hans Magnus Enzensberger, *op. Cit.*, p. 180.

na Polônia e Hungria, a intervenção militar soviética nestes dois países, as raízes do cisma com a China e a consequente divisão dos partidos comunistas em pró-Moscou e pró-Pequim.

A morte de Stálin em 1953, imediatamente não afetou muito a hegemonia soviética. Mas os eventos seguintes no interior da União Soviética, desembocando na denúncia do stalinismo em 1956 seriam cruciais. Com a morte de Stálin, o Estado soviético busca rearranjar-se. A burocracia, temerosa por sua própria vida, talvez tenha visto com alívio a morte daquele que provavelmente preparava um segundo grande expurgo. É a mesma burocracia que não deve ter ficado muito insatisfeita com a misteriosa execução do chefe do NKVD, Beria, um dos aspirantes ao cargo de novo ditador. Nikita Krushev, apesar de haver liderado o Grande Terror na Ucrânia, acabou sendo aquele que melhor assumiu o papel de direção de uma desestalinização comedida e parcial na política, o que era desejado de modo geral nos meios burocráticos. Segue-se um dismantelamento do sistema baseado na repressão sanguinária e a transição para um sistema policial-autoritário, no qual a memória do terror (não mais o terror de fato) ainda tinha importante papel na manutenção da ordem: profunda reorganização do Gulag, remodelação da polícia política (agora chamada de KGB - Comitê de Segurança do Estado), progressiva eliminação das prescrições contra povos deportados, libertação de presos políticos, lenta reabilitação das vítimas políticas, reforma das leis criminais e do Código Penal etc. A KGB reconheceria, nos anos 1960 e 70, um menor número de categorias a serem vigiadas mais estreitamente: minorias religiosas, minorias nacionais mais atingidas durante o stalinismo e intelectuais dos movimentos dissidentes.

Mas isto tudo ainda tinha seus poréns e suas restrições. Krushev comanda um lento, ambíguo e restrito processo de “desestalinização”, denunciando apenas os excessos no período do “culto da personalidade” (de 1934 à morte de Stálin). O famoso Relatório Secreto (24/2/1956),

apresentado no Congresso do Partido Comunista da União Soviética, ainda era bem seletivo ao condenar o stalinismo, não pondo nunca em causa as grandes escolhas do Partido desde 1937, excluindo dos crimes a coletivização e a Grande Fome de 1932-3 e apontando “desvios” que teriam começado apenas em 1934, além de só enumerar “vítimas” comunistas (em geral, stalinistas) vítimas de uma ditadura pessoal.⁴⁹ Mas isto não diminui a importância do fato de o relatório de Krushev ter sido a primeira vez que um alto dirigente comunista - e o mais alto que poderia haver então, o secretário geral do PCUS - , reconheceu que crimes políticos haviam sido cometidos pelo comunismo, ainda que tivessem sido considerados apenas como “desvio”, que só tivesse abordado as vítimas dentro do Partido Comunista e se desejasse responsabilizar Stálin por tudo (aproveitando para atacar o clã de stalinistas convictos ainda no poder).⁵⁰ É possível afirmar, como Hobsbaw, que em 1956 “o monolito soviético rachara”.⁵¹

O relatório de Krushev era um evento muito paradoxal: foi preciso que uma autoridade do comunismo soviético, a máxima, denunciasse o fato para que a opinião pública reconhecesse os “desvios” do stalinismo. Denúncias feitas anteriormente, mesmo dos que não eram anti-comunistas, haviam sido pouco eficientes e, mesmo as vítimas sobreviventes que ousaram denunciar os crimes do regime soviético, foram pouco ouvidas e freqüentemente desconsiderados mundo afora pelos defensores do comunismo.⁵² Mas, com Krushev, o impacto foi imediato, dos principais aos menores recantos do movimento comunista internacional. Quando se publica o discurso de Krushev, em 1956, muitos militantes e dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) acreditaram que se tratava de uma “invenção da CIA”. Agildo Barata diria o seguinte, quando teve a certeza de que o discurso, divulgado no

⁴⁹Nicolas Weth. Op. Cit.

⁵⁰Stéphane Courtois. “Os crimes do comunismo”, Op. Cit.

⁵¹Eric Hobsbaw. Op. Cit., p. 387.

⁵²Stéphane Courtois. “Os crimes do comunismo”, Op. Cit.

Brasil pelo *O Estado de S. Paulo*, era autêntico:

“Senti uma dor no estômago, percebi que a vista estava escurecendo e, com náuseas, tive uma vontade irresistível de vomitar. O choque era tremendo. Desmoronavam-se, de um golpe, velhos sonhos e ilusões que enchiam, há mais de vinte anos, toda minha imaginação de admirador entusiasta e incondicional de Stálin e daquilo que eu supunha ser sua grandiosa obra. Se o que o relatório Krushev dizia era verdadeiro era preciso e indispensável uma revisão completa de tudo o que havíamos feito e vínhamos fazendo e dizendo”.⁵³

Em 1956, a burocracia soviética e Krushev também haviam percebido que outros problemas ameaçavam levar o regime comunista ao colapso – apesar das propagandas alardearem apenas o grande crescimento econômico, principalmente industrial, e o avanço tecnológico, simbolizado pela vitória parcial na corrida espacial. Contudo, percebeu-se que havia necessidade de reformas econômicas e sociais diante de um modelo econômico vigente desde os anos 1930 e ultrapassado (baseado numa gestão repressiva da economia, na criminalização das relações sociais e num papel muito relevante do Gulag).⁵⁴ Sob o lastro da doutrina verdadeira, não por ter sido revelada religiosamente, mas “cientificamente”, o regime comunista soviético, na economia, havia solidificado um modelo de planificação que mais criou novas indústrias do que se preocupou em dirigi-las, deu prioridade a setores básicos da indústria pesada e de energia, estabeleceu metas de produção sem levar em conta custo/benefício, usou o método de ordens urgentes e corridas totais, a crise constante como meio de administrar, os “esforços de choque” tentando responder ordens de cima, metas irrealistas para esforços sobre-humanos, concentração cada vez maior das decisões no ápice do sistema soviético etc. O modelo teve sucessos na industrialização básica, tornando a URSS uma grande economia

⁵³Agildo Barata, *cit. In.*, Leôncio Martins Rodrigues. *Op. Cit.*, p. 423

⁵⁴Nicolas Weth. *Op. Cit.*

industrial em pouco tempo, mas levou o campo a ser super-explorado e, além de retalhado com a coletivização forçada, foi submetido a ineficazes mecanizações maciças - após Segunda Guerra, a agricultura não consegue mais alimentar toda a população e, a partir de 1970, ¼ da alimentação do país dependia de exportações. O sistema de recompensas e privilégios para a *nomeklatura* (altos funcionários da administração), após morte de Stálin, descontrola-se. Pesaria cada vez mais a exagerada burocratização graças ao Estado centralizador, ao sistema econômico inflexível e incapaz de inovar e o péssimo sistema de distribuição que precisava da “ajuda” de economia “negra” (que cresceria muito a partir do fim dos anos 1960).⁵⁵

Mais dramático, foi a incapacidade da União Soviética conseguir modificar muito deste modelo grosseiro. Já nos anos 1960 abundam relatos sobre a ossificação e a burocratização estafante do sistema econômico da União Soviética:

“A interpretação primitiva das relações entre grandes e pequenos sistemas econômicos torna inevitável a criação de um sistema mecânico petrificado, em que todos os parâmetros de gestão sejam preestabelecidos, sistema em que tudo está regulamentado de cima para baixo, para cada momento e cada indicador... Este sistema econômico totalmente limitado acabará entretendo o progresso social e técnico, e cedo ou tarde, pressionado pela vida real, acabará se desmantelando”.⁵⁶

Em 1964, um golpe de Estado já havia retirado Krushev e colocado Leonild Brejnev no poder. A cúpula do partido, agora, tinha se colocado frontalmente contra novas reformas econômicas pretendidas por Krushev (que talvez não modificassem em muito a situação) e contra uma certa liberalidade supostamente dada aos artistas e intelectuais soviéticas. Com Brejnev, o clima de terror político, a censura

⁵⁵Eric Hobsbawn. Op. Cit.

⁵⁶V. Nemtchinov, em 1964, cit. In. Mikhail Gorbachov. Mais democracia, mais socialismo, Rio de Janeiro: Revan, 1987, p. 46. O trecho foi citado pelo próprio Mikhail Gorbachov em seu “Relatório ao Comitê Central sobre a situação da economia, da sociedade e do Partido” (Reunião Plenária do CC do PCUS em 26/06/1987).

absoluta e total e a perseguição à *intelligentsia* dissidente misturaram-se com a mais desenfreada corrupção.

Num certo momento, nos anos 1940 e 1950, parecia plausível acreditar, como diziam os militantes comunistas, que o comunismo era superior ao capitalismo e num futuro próximo iria substituí-lo. Para isto, talvez nem fosse preciso revoluções convulsivas. Bastaria a maior eficiência do comunismo. Esta crença, que muitas vezes justificava as teses da “coexistência pacífica” ou das “frentes amplas”, iria cair por terra a partir dos anos 1960, inclusive pelas amostras cada vez mais evidentes dos fracassos econômicos do comunismo soviético. Já nos anos 1980, talvez antes, segundo Hobsbawn “restava apenas das velhas esperanças o fato de que a URSS, país da Revolução de Outubro, era uma das duas superpotências globais” - uma esperança que logo se desvaneceria.⁵⁷

Conclusão

Penso que a generosidade humanista e iluminista contida no marxismo encontrou o seu avesso nas sociedades que adotaram o modelo soviético de comunismo no século XX, transformando-se em propostas e práticas que se afastaram da pregada emancipação do gênero humano. Explicar estes desvios simplesmente como erros de conduta de certos indivíduos ou partidos parece insuficiente. É por isto que este texto buscou dentro mesmo das propostas ideológicas e políticas do comunismo soviético algumas das causas que explicam esta outra tragédia do século XX. Além disto, examinamos os rumos históricos e os processos sociais envolvidos na consolidação da União Soviética e de sua ortodoxia, que fizeram da Revolução de Outubro e de seu modelo a fonte de tremendos desgostos aos povos que, por bem ou por mal, adotaram-nos. Ao mesmo tempo, foram arrolados aspectos geopolíticos, políticos e ideológicos que ajudam a entender porque o comunismo soviético, entre 1917 e 1989, tornou-se hegemônico entre os que não

⁵⁷Eric Hobsbawn. *Op. Cit.*, p. 473.

aceitavam de bom grado o capitalismo.

O *Livro negro do comunismo* utiliza, em grande parte, dados retirados dos próprios arquivos dos países ex-comunistas e comunistas. Cada nova revelação dos dramas outrora secretos vêm apenas aumentar as certezas de que o comunismo soviético, de pretensa prática efetiva dos ditames marxistas, transformou-se numa mistura explosiva de alquimia social, sociologismo vulgar, idealismo ativista, disciplina cega, paranóia, dogmatismo, culto ao chefe, hierarquia e desumanidade. Não é tanto o caso de julgar os que, por muito tempo e com sinceridade, viram no modelo soviético a possibilidade da redenção e da superação do sistema capitalista. Talvez seja, sim, o caso de encarar, com a indignação e a severidade que os dados objetivos permitem, os responsáveis pelas ordens e execuções da atrapalhada, irrealista e soberba alquimia social, causadores de desastres e crimes contra a humanidade (massacres, deportações coletivas, campos de concentração, fome provocada etc.). Mas, ao meu ver, reflexões como estas devem incentivar os inconformados a procurarem novas saídas de crítica política e criatividade sociocultural. Devemos sepultar de vez mais um dos tristes desenganos do século XX, que foi o de eleger o comunismo soviético, uma rala proposta ideológica e uma cruel prática de poder, como fonte legítima da oposição ao sistema capitalista.

Bibliografia

- Benjamin, Walter. "Imagens do pensamento", In. Obras Escolhidas II. Rua de mão única, São Paulo: Brasiliense, 1993.
- Bettelheim, Charles. A luta de classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- Courtois, Stéphane et. al. O livro negro do comunismo. Crimes, terror e repressão, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- Enzensberger, Hans Magnus. Com raiva e paciência. Ensaios sobre literatura, política e colonialismo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- Folha de S. Paulo*, 30/12/1999, Especial, p. 3.
- Gavi, Phillipe; Jean-Paul Sartre e Paul Victor. Porquê a revolta? Debates, Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1975.
- Gorbachov, Mikhail. Mais democracia, mais socialismo, Rio de Janeiro:

- Revan, 1987.
- Hobsbawn, Eric. Era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991, São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- Olic, Nelson Bacic. A desintegração do Leste. URSS, Iugoslávia, Europa Oriental, São Paulo: Moderna, 1993.
- Orwell, George. 1984, São Paulo: Nacional, 1982.
- Pedrosa, Mário. "O crime de Praga", in. Revista Praga, São Paulo: Boitempo, n. 2, 1997, pp.114-117.
- Rodrigues, Leôncio Martins. "O PCB: os dirigentes e a organização", in. Boris Fausto (org.). História Geral da Civilização Brasileira, São Paulo: Difel, 1981, tomo III, vol. 10, pp. 362-443.